



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ANITA MAYARA CARVALHO LOPES

AS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE RUA E O ACESSO À
EDUCAÇÃO ESCOLAR: desafios e perspectivas para a Educação
de Pessoas Jovens e Adultas.

JOÃO PESSOA-PB

NOVEMBRO-2017

ANITA MAYARA CARVALHO LOPES

AS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE RUA E O ACESSO À EDUCAÇÃO ESCOLAR: desafios e perspectivas para a Educação de Pessoas Jovens e Adultas.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, como exigência para a obtenção do título de licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Magno Tavares da Silva.

JOÃO PESSOA-PB

NOVEMBRO-2017

L864p Lopes, Anita Mayara Carvalho.

As populações em situação de rua e o acesso a educação escolar: desafios e perspectivas para a educação de pessoas jovens e adultas / Anita Mayara Carvalho Lopes. – João Pessoa: UFPB, 2017. 55f.

Orientador: Alexandre Magno Tavares da Silva
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Educação de jovens e adultos. 2. Pessoa em situação de rua. 3. Acesso a educação. I. Título.

UFPB/CE/BS

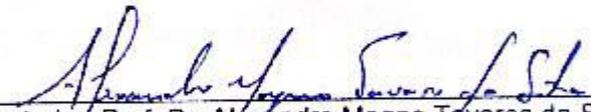
CDU: 374.7(043.2)

ANITA MAYARA CARVALHO LOPES

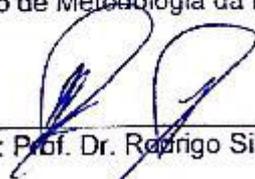
AS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE RUA E O ACESSO À EDUCAÇÃO ESCOLAR: desafios e perspectivas para a Educação de Pessoas Jovens e Adultas.

Monografia de conclusão de curso apresentada à Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito necessário para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

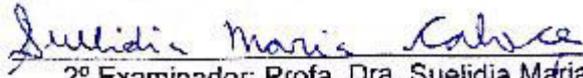
Monografia aprovada em 01 / Dezembro / 2017


Orientador: Prof. Dr. Alexandre Magno Tavares da Silva

Departamento de Metodologia da Educação - UFPB


1º Examinador: Prof. Dr. Rodrigo Silva Rosal de Araújo

Departamento de fundamentação da Educação - UFPB


2º Examinador: Profa. Dra. Suelidia Maria Calaça

Departamento de Metodologia da Educação - UFPB

“Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas sobretudo, com eles lutam”.

(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por todas as bênçãos dadas até este momento e por estar sempre ao meu lado, me amparando e, em momento algum, por mais difícil que parecesse me permitiu sentir-me só.

Quero agradecer também a minha mãe (Edna) que é o amor da minha vida e a pessoa que motiva a sempre continuar lutando. Obrigada por todas as vezes que acordou cedo para preparar o meu almoço de maneira amorosa, me incentivando a sempre batalhar por meus sonhos, por ser essa mulher que és, que me inspira e por ter esse coração tão grande e tão cheio de amor. Não sei o que seria da minha vida sem a sua presença. Te amo.

E se tratando de amor, jamais deixaria de agradecer a vocês minhas irmãs (Kalina e Nedja), que tanto influenciaram em minha vida. Sou demasiadamente grata por todos os bons conselhos e “puxões de orelha” que ajudaram a ser quem sou. Por toda a luta para que, juntas, pudéssemos desfrutar de momentos maravilhosos como vivenciamos hoje. Amo vocês.

Além disso, não poderia esquecer de você, Diego, que é tão bom, tão prestativo e cuidadoso comigo, sempre estando ao meu lado em todos os momentos. Obrigada por ter entrado, por ter escolhido permanecer em nossa família e vida e por aumentá-la/completá-la unindo à sua. Amo você

Por último, se tratando da família, quero agradecer aos meus tios (Socorro e Claudio) por me receberem de braços abertos em sua casa a qualquer momento e pelas boas aventuras vividas. Vocês tornam minha vida mais feliz. Amo vocês.

Sabe-se que amigo é coisa para se guardar debaixo de sete chaves, dentro do coração [...] Guardar no lado esquerdo do peito. O que seria de mim sem vocês, minhas amigas e meus amigos de trabalho e de universidade, que transformei em amigos de vida?

Primeiramente, meus sinceros agradecimentos vão para o mais incrível quinteto de todos, às minhas companheiras diárias de trabalho (Fernanda, Ionara, Jusaria, Malusandra e Naiara), vocês tornaram os meus dias mais

felizes, o café da manhã melhor, as risadas mais verdadeiras e o que parecia impossível, tornaram os dias difíceis no trabalho mais leves. Obrigada, meninas.

Além disso, quero agradecer ao querido Franceilton por sempre me envolver com sua alegria, com seu jeito otimista, vendo sempre o lado bom dos acontecimentos. Você me inspira.

Por fim, em se tratando dos bons amigos que a vida me deu, meus agradecimentos finais vão para minha companheira de curso em todos esses anos, Camylla. Obrigada por me ajudar com os trabalhos, por me incentivar a dar o meu melhor. Desejo que a vida te conceda muitas conquistas em seu futuro, você é uma ótima amiga. Obrigada.

Meus próximos agradecimentos vão para todos os professores que me inspiraram tanto durante essa jornada acadêmica, entre eles, Vivian, Edson Guedes, Matheus Zica, Maria Emilia, entre tantos outros. Obrigada por todos os ensinamentos.

Agradeço também ao meu orientador, Alexandre Magno, por acreditar em mim e em meu trabalho, por me incentivar com a pesquisa e por todos os auxílios durante este caminho. Além disso, agradeço pelas maravilhosas aulas na disciplina de educação de jovens e adultos, eu aprendi tanto com elas que não caberiam aqui palavras para expor a minha alegria. Você é um professor e uma pessoa incrível.

E com muita felicidade, eu agradeço a você, Rodrigo Rosal. Primeiro, agradeço por ter dado a minha primeira oportunidade de fazer algo diferente e grandioso na universidade. Ser sua monitora durante todos aqueles meses foi uma honra, obrigada. Segundo, quero agradecer por sempre se colocar à disposição para ajudar e por compreender as situações por mais difíceis que fossem. Por último, por ser uma influência tão boa em minha vida e por estar presente nesse momento.

Por fim, agradeço a professora Suelidia por aceitar o convite e fazer parte de minha banca, é demasiadamente gratificante poder tê-la nesse momento.

Cada pessoa que passa em nossa vida, passa sozinha, porém ela não vai só, nem nos deixa só; leva um pouco de nós e deixa um pouco de si. Desta forma agradeço imensamente a todos que já passaram em minha vida. Aquelas com quem aprendi bastante, que ensinei e as que trocaram conhecimento comigo, agradeço por cada contribuição, pois ajudaram a me tornar quem sou.

LOPES, Anita Mayara Carvalho. **As Populações em Situação de Rua e O Acesso à Educação Escolar:** desafios e perspectivas para a Educação de Pessoas Jovens e Adultas. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Pedagogia - UFPB, 2017.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a população em situação de rua e como se dá o acesso dela à educação de jovens e adultos. Aborda o percurso histórico desta população; sua realidade em diferentes épocas; as leis e os documentos que lhe garantem o direito ao acesso à educação, bem como outros serviços públicos e como ela está usufruindo deste direito e como podem ser trabalhadas as ações-pedagógicas com ela dentro e fora do espaço escolar. O objetivo da pesquisa foi apresentar a realidade da população em situação de rua, discutir o acesso à educação e destacar e analisar os desafios e as perspectivas para a educação de jovens e adultos. Por meio de uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental. Para a elaboração dele utilizamos como fonte autores e documentos legais, tais como Sousa (2012); Freire (1975); Constituição Federal (BRASIL, 1934 e 1988), Cartilha para a Formação Política (BRASIL, 2010); Monteiro (2013), Cruz (2005); Fernandes; Rodino; Tosi; Zenaide (2016); entre outros. Esperamos com este trabalho trazer oportunidades de aprofundamento nesta temática, bem como apresentar a realidade da população em situação de rua de modo que se instigue outros estudantes e docentes, assim como o próprio Centro de Educação, a prosseguir com o estudo desta temática e/ou a criação de projetos de intervenção com ela.

Palavras-chaves: Educação, Rua, Adultos.

LOPES, Anita Mayara Carvalho. **Las Poblaciones en Situación de Calle y El Acceso a la Educación Escolar**: desafíos y perspectivas para la Educación de Personas Jóvenes y Adultas. Monografía – Trabajo de Conclusión de Curso (Licenciatura) – Pedagogia - UFPB, 2017.

RESUMEN

El presente trabajo tiene el tema de la población en la calle y cómo da acceso a la educación de jóvenes y adultos. Aborda el curso histórico de esta población; Su realidad en diferentes momentos; Las leyes y documentos que garanticen el derecho al acceso a la educación, así como a otros servicios públicos y cómo está disfrutando de este derecho y cómo se pueden trabajar las acciones pedagógicas con él dentro y fuera del espacio escolar. El objetivo de la investigación fue presentar la realidad de la población en la calle, discutir el acceso a la educación y destacar y analizar los retos y perspectivas para la educación de jóvenes y adultos. A través de una investigación de carácter bibliográfico y documental. Para la elaboración de la misma, utilizamos como autores de la fuente y documentos jurídicos, como Sousa (2012); Freire (1975); Constituição Federal (BRASIL, 1934 e 1988), Cartilha para a Formação Política (BRASIL, 2010); Monteiro (2013), Cruz (2005); Fernandes; Rodino; Tosi; Zenaide (2016), entre otros. Esperamos con este trabajo para llevar oportunidades para profundizar en esta temática, así como la presentación de la realidad de la gente en la situación callejera para que cualquier instigador otros estudiantes y profesores, y el centro de educación, prosigan el estudio de esta temática y/o la creación de proyectos de Intervención con su.

Palabras clave: educación, calle, adultos.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	12
2. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: PROCURANDO DEFINIR UMA CATEGORIA DE ANÁLISE A PARTIR DE UMA ABORDAGEM HISTÓRICA.	15
2.1 Comunidades primitivas.....	16
2.2 O Mundo Antigo.....	18
2.3 A Época Medieval: a população em situação de rua da alta idade média a baixa idade média.....	19
2.4 A Época Moderna: Uma nova visão da situação de rua.....	23
2.5 A Época Contemporânea: A População em situação de rua no cenário da sociedade urbano-industrial.....	24
3. DIREITOS HUMANOS E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: POSSIBILIDADES DE UM PROTAGONISMO DOS EXCLUÍDOS.....	27
3.1 - A pessoa em situação de rua na realidade brasileira.....	29
3.1.1 Sociedade Colonial	29
3.1.2 Sociedade urbana-industrial	31
3.2. As Populações em situação de rua no contexto dos Direitos Humanos à Educação.....	33
3.2.1 Direitos Humanos no contexto das Populações em situação de rua.....	34
3.2.2 Acesso das populações em situação de rua a educação.....	36
4. A EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS NO CONTEXTO DAS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE RUA: desafios, perspectivas e descobertas.....	41
4.1. Desafios Históricos da Educação de Pessoas Jovens e Adultas junto aos oprimidos e marginalizados.	43
4.2. As perspectivas apresentadas pelos Estágio no que diz respeito a aproximação com pessoas em situação de rua	46
4.3. As descobertas para a ação pedagógica do acesso da população em situação de rua no espaço da EJA.	49
Considerações finais.....	51
Referências bibliográficas	53

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso trata do estudo em torno da população em situação de rua¹, buscando abrir um debate em torno desses sujeitos e suas experiências sociais no contexto dos Direitos Humanos à Educação e as implicações, desafios e perspectivas para o campo da educação das pessoas jovens e adultas.

Nos últimos anos, diante dos graves conflitos que envolvem o desenvolvimento da sociedade urbano-industrial e suas consequências para os seguimentos vítimas de marginalização e criminalização, a questão da população em situação de rua tem gerando grandes debates e demasiadas polêmicas, pois incentivar e fortalecer a discussão sobre eles significa dar a voz a um grupo tido como “invisível” sócio histórico e culturalmente e, de certo modo, afronta aqueles que os querem manter a margem da visibilidade social.

Inicialmente meu objetivo era discutir acerca da educação de jovens e adultos voltada para as pessoas em situação de cárcere, porém, após uma aula de EJA com o professor Alexandre, fiquei mais interessada pela temática da educação de jovens e adultos voltada para população em situação de rua, pois além de gostar do tema, pude notar que não há trabalhos de conclusão de curso na pedagogia que abordam este tema, então, decidi trabalhar com ele e oportunizar ao curso conhecer um pouco a história deste grupo.

O trabalho tem como objetivo apresentar a realidade da população em situação de rua, além de identificar e discutir o acesso ao direito à educação no contexto delas e, por fim, destacar e analisar os desafios e as perspectivas

¹ Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acessado em 27 de outubro de 2017).

para a educação de jovens e adultos abrangendo a população de rua e outros grupos oprimidos.

O trabalho teve como metodologia a bibliográfica e a documental para seu desenvolvimento, utilizando autores e documentos legais como embasamento teórico para a discussão.

Referente a questão histórica social, com foco na população em situação de rua, foram utilizados os autores BEZERRA (2017), CAMBI (1999), CARDOSO (1986); FABER (S/D); (FILHO, 2007); JUNIOR (2001); MARX (1988); NUNES (2006); PEREIRA (S/D); PIRENNE (1982); SCHMITT (1998); SILVEIRA (2011); SOUSA (2012) E WILLIAMS (2007).

Já para discutir a questão das leis e documentos que abrangem, inclusive, a população em situação de rua e discutir como estão sendo aplicadas na sociedade, temos a CARTILHA PARA A FORMAÇÃO POLÍTICA (2010); CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988); a DECLARAÇÃO DE DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO (1789); DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948) e a POLÍTICA NACIONAL PARA A INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (2008). Bem como alguns autores, como FERREIRA (1978); FREITAS (S/D); MENEZES (2009); NATALINO (2017); PENA (S/D); REIS (2012); SOUSA (2012) e VIVA (1973).

Por último, para abranger a questão da ação-pedagógica, bem como a educação de jovens e adultos, temos CARBONE (2013); CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1934); CRUZ (2005); FERNANDES; RODINO; TOSI; ZENAIDE (2016); FREIRE (1975); MONTEIRO (2013).

No primeiro capítulo, por ser introdutório, vamos abordar a perspectiva histórica da sociedade, iniciando a discussão nas comunidades primitivas, com o intuito de mostrar o outro significado de rua naquele momento e também como se iniciou o processo de divisão e posse de terras e bens. Logo depois, passaremos à antiguidade ou o mundo antigo, especificamente na sociedade grega, pois é nela que apresentaremos o início do processo de exclusão social e marginalização de alguns grupos. Seguindo a historicidade temos a idade média ou época medieval em que são levantados dois diferentes momentos, o da alta e da baixa idade média e, por último, a época contemporânea ou idade

contemporânea que, por abranger também a atual situação de nossa sociedade, discute a questão da sociedade colonial e da urbana-industrial (que é a que estamos vivendo neste momento) e como a população em situação de rua se encontra nela.

Tendo conhecimento de que todos possuem os mesmos direitos e deveres enquanto cidadãos, no segundo capítulo é abordada a questão legal quanto a população em situação de rua, por esta ter seu direito negado desde o surgimento dos primeiros documentos que discutem os direitos e deveres dos cidadãos de acordo com a sua época.

Por último, mas demasiadamente importante, trazemos a discussão acerca da ação-pedagógica para este e outros grupos excluídos socialmente interligando a experiência que tive no estágio de educação de jovens e adultos, bem como as atividades que apliquei com eles, à realidade destes grupos, de modo que possam ser aplicadas em espaços diferentes do escolar.

Em suma, esperamos com este trabalho trazer oportunidades de aprofundamento nesta temática, bem como apresentar a realidade da população em situação de rua de modo que se instigue outros estudantes e docentes, assim como o próprio Centro de Educação, a prosseguir com o estudo desta temática e/ou a criação de projetos de intervenção com ela.

2. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: PROCURANDO DEFINIR UMA CATEGORIA DE ANÁLISE A PARTIR DE UMA ABORDAGEM HISTÓRICA.

A história é um organismo: o que está antes condiciona o que vem depois; assim, a partir do presente, da Contemporaneidade e suas características, seus problemas, deve-se remontar para trás, bem para trás, até o limiar da civilização e reconstruir o caminho complexo, não-linear, articulado, colhendo, ao mesmo tempo, seu processo e seu sentido.

(CAMBI-1999 p. 37)²

Ao iniciar a apresentação deste trabalho, partimos da necessidade de definir nossa categoria de análise, qual seja a população em situação de rua³. Nesse sentido é de suma importância abordar a sua historicidade (O processo histórico do ser/estar na rua), para que deste modo se possa compreender o processo de construção desses personagens nas ruas e definir uma categoria de análise no campo da Pedagogia.

Neste primeiro capítulo pretende-se, identificar dentro do contexto histórico alguns aspectos que colaboram na construção da população em situação de rua no seio da sociedade e neste contexto a definição da categoria de análise, a fim de discutir as implicações, desafios e perspectivas no contexto da Educação de Pessoas Jovens e Adultas.

De início podemos apontar que as características da população em situação de rua na atualidade, é fruto de uma construção histórica marcada pela exclusão social, marginalização, preconceitos, criminalização e sofrimento social, etc. Nesse sentido iremos apontar alguns aspectos que compõem a construção dessa população ao longo do processo histórico.

A população em situação de rua faz parte de um contexto mais amplo que é a dos excluídos da História. Os chamados grupos sociais periféricos e

² CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo. Fundação Editora da UNESP, 1999.

³ Acerca da saúde, educação, proteção, direitos, perfis, entre outros.

marginais. Nesse sentido, destacamos os momentos históricos abaixo e dentro deles apresentar e discutir alguns aspectos que colaboram na construção da População em Situação de Rua.

- A Comunidade primitiva
- O Mundo Antigo
- A época Medieval
- A época Moderna
- A época contemporânea

2.1 Comunidades primitivas

Iniciamos a discussão pela Comunidade Primitiva, à qual considera-se como relevante por apresentar, entre outros aspectos, o processo de posse e divisão de terra, bem como as consequências acarretadas por esta divisão (devido ao sentimento de domínio, individualismo).

Apesar da não presença explícita da população em situação de rua, o período das comunidades primitivas traz um outro significado de “rua” e “casa”, uma vez que elas possuíam diversas formas de espaço de vivência, para garantir a sua sobrevivência sociocultural, bem como protegerem-se dos fenômenos naturais, ataques de animais, etc. bem como a relação com o externo ao grupo (que hoje chamamos de rua) como local de caça, de plantio e de sobrevivência.

Quando digo então que “casa” e “rua” são categorias sociológicas[...] estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. (DAMATTA, 1997, p. 14)

Aqui vale o destaque inicial para o Paleolítico, como é chamada a primeira fase da Idade da Pedra, na qual temos o aparecimento dos primeiros homínídeos, por volta de 4.000.000 a.C. Este período se caracterizou, de

forma, geral, pela formação de um grupo social onde o homem era caçador e coletor.

A pedra era geralmente a matéria-prima mais utilizada e nossos ancestrais sabiam quebrar e afiar o sílex, entalhar ossos e chifres, principalmente na fabricação de instrumentos cortantes, como facas, e pontas de lanças, elementos que serviriam para a defesa do grupo, tornando o homem mais competitivo em sua luta pela sobrevivência, num meio repleto de perigos reais⁴

No período posterior, o Neolítico⁵, o ser humano aprendeu (na relação com o mundo e com o outro) a domesticar os animais e a cultivar seus alimentos; deste modo, não precisando mais se deslocar para caçar e buscar alimento, desenvolveu técnicas de plantio e criação de animais, aprendendo a construir suas próprias casas e armas de caça, iniciando assim o processo da divisão, e até mesmo a conquista das terras entre os grupos.

Então, logo após, com o surgimento da Idade dos Metais⁶, as aldeias foram se transformando em locais urbanos e passaram a estar sob a autoridade de uma única pessoa, que era a autoridade política, conhecida como chefe. Além disso, com os avanços⁷ que o desenvolvimento foi trazendo ao povo de comunidades primitivas, marcou-se a transição deste período para a história, que abrange os períodos que serão apresentados adiante.

Podemos assim compreender com estes processos a situação do ser humano, em que vivia sem lugar fixo (nômade), depois, através das situações vivenciadas foi aprendendo a cultivar seu alimento, após isso, fez a construção da moradia familiar e também a divisão especializada do trabalho e do poder organizado, com chefes de autoridades, de modo a influenciar até os dias atuais nos meios de produção e organização social.

⁴ CARDOSO Tereza Fachada Levy. **Sociedade e desenvolvimento tecnológico: uma abordagem histórica**, In: GRINSPIN, Mírian P. S. Zippin. Educação tecnológica – desafios e perspectivas. 2ª. Edição. São Paulo: Cortez, 2001 p. 186.

⁵ Também conhecido como Período da Pedra Polida, iniciou-se em 10.000 e durou até 4.000 a.C.

⁶ 5.000 a.C., ficou conhecido como Idade dos Metais, pois foi neste período que o homem passou a utilizar-se de metais, como o cobre e o ouro, para fabricar instrumentos e ferramentas, além da descoberta do bronze e do ferro.

⁷ Avanços na agricultura e descoberta da escrita.

Nesse sentido vê-se que, a partir do momento em que o ser humano aprendeu a utilizar os instrumentos a seu favor, começou-se a separação das terras para que cada grupo humano tomasse conta de sua produção, tornando o homem “urbano”, sujeito a autoridade de uma única pessoa. O que foi desenvolvendo até chegar em nosso modo atual de organização da sociedade, no qual nos tornamos mais individualistas, cada um com sua casa, carro, emprego e afins, porém ainda sob o poder uma pessoa que governa o país.

Deste modo, a intenção deste capítulo não é abranger todo o processo da exclusão e da situação de rua, por se tratar de um tema demasiadamente complexo, porém, apresentar os pontos principais de cada período discutido adiante, de forma que se possa compreender como se dá a relação educação, sociedade, economia, direitos com o grupo de moradores de rua.

2.2 O Mundo Antigo

A sociedade grega surgiu em meados de 2000 a.C. da união entre os povos Indo-Europeus ou arianos⁸, estava localizada entre os mares Jônico, Mediterrâneo e Egeu.

Em se tratando da questão política, conforme Bezerra (2017) “Quando falamos em Grécia Antiga não estamos nos referindo a um país unificado. Na verdade, eram um conjunto de cidades⁹ que compartilhavam a língua, costumes e algumas leis”. O que acarretava na disputa entre as próprias cidades gregas¹⁰.

Já se versando da questão social, cada polis possuía sua organização, na qual em algumas cidades, como Atena por exemplo, havia o sistema de escravidão¹¹ e em outras, como Esparta, conforme BEZERRA (2017), “tinham poucos escravos, mas possuíam os servos estatais, que pertenciam ao governo espartano”. Havia os escravos por nascimento, por dívidas, por

⁸ Aqueus, Jônios, Eólios, Dórios.

⁹ Também chamado de polis.

¹⁰ Como a rivalidade entre as cidades de Esparta e Atenas.

¹¹ Seja por motivos econômicos ou de relação entre as cidades.

raptos e também aqueles vencidos por guerra, visto que a escravidão era algo natural nessa época.

Este grupo de escravos era também composto por agricultores¹² que devido ao crescimento da cidade, perderam o direito às suas terras e, por este motivo, não tinham lugar para cultivar seus alimentos ou produtos para o artesanato, e também não possuíam emprego ou outros meios de manterem a sobrevivência, nesse sentido eram exilados para as cidades, e, quando não tornavam-se escravos, viviam nas ruas, permanecendo perto dos feudos, para que assim pudessem usufruir das ajudas oferecidas pela igreja. Eles não possuíam nome próprio até que deixam a situação de escravo.

Retornando à questão política, os escravos não podiam ser castigados ou maltratados, podendo serem vendidos a outro senhor em caso maus-tratos. Desse modo, conforme SILVEIRA (2011), reconheciam o escravo como ser humano, mas não em condições de cidadão. E dessa forma todas as atividades e trabalhos eram feitas pelos escravos, como os trabalhos dentro do lar, nas lavouras, etc.

Dessa forma concluiu-se que, foram as cidades-Estados gregas que, pela primeira vez na história tornaram a escravidão absoluta na forma e dominante em extensão, transformando-a, de forma de trabalho auxiliar e complementar, em um sistemático modo de produção. (FILHO, 2007)

2.3 A Época Medieval: a população em situação de rua da alta idade média a baixa idade média

A Idade Média é um período que se seguiu após a antiguidade e durou mil anos, que conforme NUNES (2006) “se iniciou no Ocidente com a derrocada do Império Romano em 476, quando se deu a queda de Roma sob o

¹² A economia grega se baseava na agricultura, comércio e artesanato.

reinado de Rômulo Augústulos¹³... e se prolongou “até a queda de Constantinopla sob os ataques dos turcos em 1453”.

Durante a Idade Média, em seus anos iniciais, que ficaram conhecidos como “alta idade média”¹⁴, prevaleciam os ideais religiosos católicos em que, conforme PIRENNE (1982, APUD SOUSA, 2012) “Deus era o centro do mundo, as condições de vida dos indivíduos na terra eram concebidas como fruto da vontade Divina”. Logo, com este pensamento, a pobreza era algo que partia da vontade de Deus, então não havia como mudar esta realidade, pois Ele poderia ter feito a todos os homens ricos, porém assim não o fez. Um outro ponto que interliga a relação entre o rico e o pobre através da religião é que, o pobre ele era digno de compaixão, de beneficência, então, por intermédio das ajudas e doações, os ricos poderiam se redimir de seus pecados.

Vale salientar que havia uma ambígua visão acerca da pessoa em situação de rua, pois:

Se, por um lado, eles¹⁵ expressavam o auge da carência e estavam associados à imagem do Cristo pobre, a quem se deveria oferecer beneficência, por outro lado, o fato da população de rua ser formada por doentes, deficientes físicos e mentais, despertava repúdio nos demais indivíduos, visto que essas características eram vistas com associação ao diabo. (SCHMITT, 1998 APUD SOUSA, 2012, p.23)

Deste modo pode-se compreender que as pessoas em situação de rua serviam para que aqueles com maior poder aquisitivo pudessem, através das caridades e doações, diminuir sua culpabilidade acarretada por seus pecados, aproximando-se da salvação divina. Além disso temos aspectos de uma representação social em torno daqueles/as que estavam nas ruas, como se estivessem fora da sociedade.

A esmola, deste modo, funcionava como uma obrigação moral que deveria ser oferecida por todos os cristãos, não podendo ser questionada, pois se tratava de um princípio presente na

¹³ Imperador Romano do Ocidente (475-476) nascido em Roma, também conhecido como o *pequeno augustulus*, último imperador do Império do Ocidente. Foi proclamado imperador (475).

¹⁴ Modo de produção feudal

¹⁵ Os indivíduos em situação de rua.

bíblia sagrada. Por mais que a sociedade em geral repudiasse esses indivíduos, ela tinha o dever de demonstrar a sua fé perante os outros, praticando a caridade em prol dos necessitados, realizando assim sua benemerência. (SOUSA, 2012, p. 24)

Nos anos finais da Idade média¹⁶ ocorre o período conhecido como “baixa idade média”, marcado pela crise do feudalismo, além de mudanças religiosas, políticas, culturais¹⁷, entre outras¹⁸.

O sistema feudal era voltado para a garantia da segurança dos camponeses contra os ataques bárbaros. Com o fim desses ataques, o continente europeu vivia um intenso crescimento demográfico. Ao mesmo tempo, os contatos econômicos e culturais, constituídos pelas cruzadas europeias na busca por dominar territórios orientais, provocavam intensas transformações nos modos de vida europeus. Entre essas mudanças, revelavam-se novidades em termos de técnicas de cultivo e de formas de utilização dos animais e das carroças. Essas inovações no meio agrícola geraram um expressivo aumento de sua produção, favorecendo o desenvolvimento do comércio e a circulação de dinheiro. (SOUSA, 2012)

Todas estas mudanças ocorridas entre a transição da alta para a baixa idade média, acabaram, por fim, chamando a atenção das pessoas da área rural, que foram viver na área urbana, colaborando com a diversidade da cultura, desenvolvimento demográfico e do comércio.

Por fim, tudo isto veio gerar a última fase da Idade Média que teve término no surgimento de Idade Moderna, este período de transição foi influenciado principalmente pelo movimento chamado Renascentista¹⁹, tendo como principal característica, a “busca por compreender a humanidade como um todo. Preocupação, aliás, que orientou o desenvolvimento das ciências, da política, das artes e até da religião, que passaram a colocar o ser humano no centro de suas pesquisas (antropocentrismo, do grego, antropos = ser

¹⁶ Do século XIII ao XV.

¹⁷ Crescimento populacional

¹⁸ Ocorreram também mudanças econômicas, de acordo com o desenvolvimento do comércio.

¹⁹ Também conhecido como Renascimento. Que se trata de um movimento intelectual surgido na Itália, entre os séculos XIV e XVI, que acabou por ser difundido em toda Europa. O Renascimento recebeu esse nome porque seus integrantes buscavam um renascer da cultura da Antiguidade Clássica greco-romana.

humano). Por isso, a ideologia surgida no centro do movimento foi chamada de Humanismo²⁰. (FABER, s/d).

Logo, podemos notar que o fosso cultural estava especialmente na oposição entre o caráter ambíguo da cultura folclórica (que via forças simultaneamente boas e más) e o caráter racional da cultura aristocrática greco-romana (Júnior, 2001). Esse pensamento foi principalmente influenciado pelos pensamentos de Santo Agostinho, nos quais ele une o racional ao cristão, no qual afirma que existe o livre-arbítrio (isto é, a liberdade de o homem fazer seu destino), porém precedido pela graça divina.

Deste modo, com o movimento renascentista, muda-se o pensamento acerca indivíduo, em que ele deixa de ser a imagem do cristo pobre ou do diabo e passa a ser visto de modo racional, como alguém que faz parte da sociedade. Logo, a condição de riqueza ou de pobreza da pessoa passou de ser da vontade de Deus a resultado de seu esforço ou não²¹, porém sem perder a visão de ambiguidade, uma vez que

Por um lado, eles retratavam a miséria e sujeira (em uma sociedade que valorizava o desenvolvimento econômico e uma apresentação estética moderna), além da vadiagem e da preguiça (em uma sociedade que se alicerçava no trabalho, como suporte para o seu crescimento) sendo, por isso, classificados como nocivos ao meio. Por outro lado, representavam a própria condição da reprodução do sistema capitalista, fundamental para essa sociedade moderna industrial. Sua inscrição nessa sociedade atendia os interesses da própria classe dominante, uma vez que, ao gerar uma queda das condições de vida da classe trabalhadora, colaborava para o êxito da cada vez maior exploração do capital”. (MARX, 1988 apud SOUSA, 2012).

²⁰ O humanismo é o conjunto de doutrinas fundamentadas de maneira precípua nos interesses, potencialidades e faculdades do ser humano, que sublinha sua capacidade para a criação e transformação da realidade natural e social, e seu livre-arbítrio diante de pretensos poderes transcendentais ou de condicionamentos naturais e históricos.

²¹ O que conhecemos atualmente como Meritocracia, em que um indivíduo ascende ou não de acordo com seus méritos pessoais, seus esforços.

2.4 A Época Moderna: Uma nova visão da situação de rua

Com a conquista turca da Constantinopla, no ano de 1453, ocorreu o início da Idade Moderna que perdurou do século XV ao século XVIII.

Influenciada pelos desenvolvimentos que ocorreram no Renascimento e também pela queda do feudalismo, o sistema econômico do capitalismo foi ganhando espaço, de acordo com o crescimento do comércio, baseando-se também nas rotas marítimas que aumentaram os caminhos de troca e venda de mercadorias entre as cidades.

Como consequência de todo este crescimento financeiro e de mercado, mais pessoas passaram a migrar para locais urbanos e a situação das pessoas que viviam nas ruas foi se agravando, devido ao número de residentes que foi crescendo, de acordo com que

A população que não foi absorvida pela indústria nascente, seja pela falta de vaga, seja pela dificuldade de adaptação ao novo tipo de trabalho e disciplina foi-se juntando a população dita itinerante que faziam do espaço da rua, o espaço de sua sobrevivência e de moradia. (PEREIRA; SANTOS, s/d, p. 02)

Com o discurso do trabalho como forma de dignificar o indivíduo trazido pelo capitalismo, as pessoas que estavam em situação de rua eram cada vez mais excluídas socialmente e tratadas com ojeriza, uma vez que elas eram tidas como vagabundas, indigentes, inúteis, atrapalhando os transeuntes e a imagem da cidade.

Desta forma, os cidadãos sentiam-se incomodados com a presença daquelas pessoas em seu caminho. Logo, o governo preocupado com este incômodo causado pelos moradores de rua, tomou medidas de “controle” desta população

As medidas para conter o desconforto que essa população causava baseavam-se no combate à inutilidade social, a partir do seu confinamento em prisões, asilos e hospitais, que funcionavam como depósitos de pobres, indigentes, deficientes físicos e mentais, pois, dessa forma, não incomodariam a paz e a limpeza pública. (SOUSA, 2012, p. 31)

Deste modo notamos que o grupo de pessoas em situação de rua, que por mais dignas de direitos que fossem, até o momento desta discussão não

tiveram acesso a eles, ao contrário, elas foram sendo mais marginalizadas e criminalizadas de acordo com o desenvolvimento social e econômico de cada período descrito.

Assim, passo para a Idade Contemporânea que surge com o desenvolvimento das indústrias²², em que a categoria de pessoas em situação vem a se agravar.

2.5 A Época Contemporânea: A População em situação de rua no cenário da sociedade urbano-industrial

A idade contemporânea teve início em 1789, junto à Revolução Industrial, que influencia social, econômica e culturalmente até os dias atuais. Pois durante este período, o sistema capitalista foi se fortalecendo de acordo com o desenvolvimento das indústrias e perdura até a atualidade em suas várias interfaces²³.

O impacto causado pela industrialização, que ocorreu no período de transição para a Idade Contemporânea e se expandiu pelo mundo durante todo o século seguinte, reconfigurou todo o modo de organização da sociedade, gerando um acelerado progresso econômico e tecnológico e redefinindo os padrões culturais e as relações sociais. (SOUSA, 2012)

Em se tratando da questão quanto a população em situação de rua, conforme foi apresentado anteriormente, a situação já estava se agravando durante a Idade Moderna, logo, como a economia e os modos de produção capitalista foram desenvolvendo mais, houve um crescimento exorbitante de moradores de rua na Europa, local em que ocorreu o surgimento das indústrias.

A quantidade de indivíduos em situação de rua nos centros urbanos europeus se multiplicava com as promessas de emprego representadas pela industrialização. Uma vez que a grande quantidade de pobres migrantes ofertando mão de obra

²² Através da revolução industrial que ocorreu em meados do século XVIII, iniciando-se na Inglaterra.

²³ Econômica, social, educacional, entre outras.

era consideravelmente maior do que as vagas de emprego nas fábricas. (SOUSA, 2012, p. 32)

Um outro ponto a se destacar neste período contemporâneo, é que com a valorização da cientificação, as indústrias foram tornando-se mais tecnológicas, exigindo assim que o empregado fosse capacitado para poder exercer determinadas funções, excluindo àqueles que não conseguissem acompanhar o desenvolvimento, colaborando para o aumento das pessoas em situação de rua.

Os indivíduos em situação de rua, nesse panorama marcado pelo individualismo nas relações, são vistos com desprezo, por não terem qualificação e, conseqüentemente, não apresentarem utilidade para o desenvolvimento econômico e social. (WILLIAMS, 2007, apud SOUSA, 2012, p. 37)

Porém, não só pontos negativos são levantados nesta discussão, pois, junto à Revolução Francesa, ocorreu também o surgimento do Iluminismo²⁴, que trouxe consigo os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, acarretando em mudanças políticas, econômicas e sociais, além da instauração da Democracia e da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, em 26 de Agosto de 1789, que reconheceu os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, que será discutido com maior aprofundamento no próximo capítulo.

Considerando os aspectos apresentados acima temos cinco destaques quanto as populações em situação de rua em uma abordagem histórica:

- **Comunidades primitivas:**
 - O surgimento da divisão e da posse da terra, o sentimento e o significado da rua como lugar de produção, de caça, de vivência, de produção de sabres com a natureza.
- **O Mundo Antigo:**
 - A desapropriação de terras para o crescimento das polis, acarretando no surgimento de grupos marginalizados, além daqueles que já não possuíam identidade, lar, entre outros

²⁴ Movimento intelectual que surgiu durante o século XVIII na Europa, que defendia o uso da razão (luz) contra o antigo regime (trevas) e pregava maior liberdade econômica e política.

direitos por serem escravos e pertencentes aos seus senhores.

- **A Época Medieval:**

- A transição do pensamento religioso para o pensamento racional quanto à situação de cada pessoa, o pensamento de Agostinho e também o surgimento de movimentos de luta²⁵ contra o regime posto, ou seja, contra os senhores.

- **A Época Moderna:**

- O surgimento das indústrias e início dos rumos para uma sociedade urbana-industrial trazendo novas situações que acarretaram no agravamento e aumento do número de pessoas em situação de rua, à medida que o sistema capitalista foi se integrando.

- **A Época Contemporânea:**

- O surgimento dos ideais iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade. O primeiro documento que aborda a questão dos direitos e deveres, de forma que jamais eles sejam esquecidos. A inclusão tecnológica nas indústrias.

Deste modo, podemos ver acima, alguns aspectos que fazem parte da tessitura da População em Situação de Rua enquanto construção sócio histórica salientando que não ocorreu um enfrentamento da situação de miséria e de rua, porém, se abriu um espaço social quando, através do reconhecimento, pôs-se o Estado como órgão responsável pelos direitos destes cidadãos, reconhecendo assim que eles os possuem e devem, por direito, exercê-los.

Assim, o próximo capítulo irá abarcar a questão legal quanto a população em situação de rua, abrangendo de modo mais aprofundado acerca de seus direitos enquanto cidadãos e como as políticas públicas, leis e projetos estão sendo exercidos na atualidade, de modo a inquietar e apresentar como o nosso país visa a pessoa que está na rua.

²⁵ Como no caso das comunas rurais que surgiram como associações de luta contra os senhores.

3. DIREITOS HUMANOS E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: POSSIBILIDADES DE UM PROTAGONISMO DOS EXCLUÍDOS.

No segundo capítulo deste trabalho foi abordada a historicidade da população em situação de rua, cujo objetivo era apresentar alguns aspectos de como se deu a construção da situação de rua e como ela era vivenciada nos diferentes momentos da história de acordo com o contexto cultural, econômico e político que enredava o cenário social. Como explicado na introdução, devido ao tema ser complexo e ter muitos pontos a serem discutidos (história, sociedade, direitos, deveres), o trabalho não objetiva finalizar a discussão, mas servir como impulso inicial para futuros trabalhos no campo das ciências da educação no sentido de visualizar os excluídos dentro do processo de construção de uma ação pedagógico-educativa.

Neste terceiro capítulo, será apresentada a população em situação de rua no contexto dos Direitos Humanos, pois na Época Contemporânea com o surgimento do pensamento iluminista seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade e as mudanças que foram acarretadas com este novo pensar, ocorreu uma nova visão acerca do sujeito humano e conseqüentemente da população em situação de rua, pois ainda que sofrendo o preconceito por parte da sociedade, ela passou a ser reconhecida como digna de direitos.

O primeiro documento escrito, conforme tratado no capítulo anterior, foi a Declaração de direitos do homem e do cidadão, em 26 de agosto de 1789 na França, cujo objetivo era:

declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre permanentemente seus direitos e seus deveres; a fim de que os atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, podendo ser a qualquer momento comparados com a finalidade de toda a instituição política, sejam por isso mais respeitados; a fim de que as reivindicações dos cidadãos, doravante fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral. (VIVA, 1973, APUD FERREIRA, 1978)

Entre alguns dos direitos defendidos estavam:

- **Art.1º.** Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.
- **Art. 11º.** A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei.
- **Art. 12º.** A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública. Esta força é, pois, instituída para fruição por todos, e não para utilidade particular daqueles a quem é confiada.
- **Art. 17.º** Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir e sob condição de justa e prévia indenização.

Observa-se assim que foi a partir deste momento que ocorreu uma abertura para este grupo em situação de rua no que diz respeito ao seu lugar dentro da sociedade. Vale salientar que este documento viria a influenciar a Declaração Universal dos Direitos Humanos futuramente e deste modo, basear também a nossa Constituição Federal quanto aos direitos de todas as pessoas enquanto cidadãs, dignas de direitos e deveres

Desta forma, será apresentado neste capítulo a população em situação de rua no Brasil²⁶ e como os direitos humanos e as políticas públicas têm influenciado e agido quanto ao reconhecimento deste grupo perante nossa sociedade.

Além disso, será discutido como esta população está usufruindo dos direitos que estão colocados nos documentos que regem o nosso país e nas políticas criadas especificamente para eles, de forma que são reconhecidos os serviços públicos garantidos e como eles estão sendo acessados por ela.

²⁶ O objetivo da discussão não é abordar toda a questão histórica do Brasil, porém, trabalhar alguns pontos principais para auxiliar na compreensão da situação de rua no país.

3.1 - A pessoa em situação de rua na realidade brasileira

No Brasil, a população em situação de rua se apresenta como produto das desigualdades históricas de uma nação assentada no legado colonial - marcando o encontro entre brancos europeus, negros africanos e índios nativos -, e escravocrata, designando a forte diferenciação social entre as raças e os tipos de relações estabelecidas entre elas. (SOUSA, 2012)

Desejamos, antes de abordar a questão da pessoa em situação em rua no Brasil, apresentar de modo resumido (do macro para o micro), alguns pontos da história do país, de forma que possam compreender os acontecimentos que acarretaram, sobretudo, no surgimento da pessoa em situação de rua.

3.1.1 Sociedade Colonial

A história do Brasil colonial se inicia com a colonização do país em 1500, quando os portugueses, com suas navegações, encontraram as terras brasileiras, estas que eram habitadas pelos índios desde então. Deste modo, afim de ter o domínio da terra, iniciaram o processo da colonização²⁷, marcada, conforme SOUSA (2012) pela intensa exploração econômica dos seus recursos naturais, além da mão de obra escrava dos índios e dos africanos trazidos para o país, através do tráfico negreiro.

Após mais de três séculos de escravidão e exploração no Brasil, foi no ano de 1888 que ocorreu o “fim” da escravidão. Não esquecendo que o Brasil foi o último país a ceder quanto a este sistema.

A iniciativa da ação parte do trono. A extinção da escravatura é incluída como pauta para o Parlamento na fala do trono apresentada em 03 de maio de 1888, na abertura dos trabalhos parlamentares. São os seguintes os termos:

1. ²⁷ A palavra colonização refere-se ao ato ou efeito de colonizar. Que significa criar colônia (s) ou transformar em colônia. Utiliza-se esse termo ao abordar a questão dos países europeus que invadiram as terras de outros povos e fizeram delas suas colônias, como no caso de Portugal e Brasil.

A extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades particulares, em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo, que é hoje aspiração aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários. Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança, que as necessidades da lavoura haviam mantido, Confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura em antagonismo com o espírito cristão e liberal das nossas instituições. (SENADO FEDERAL - A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas. Brasília, 1988 APUD MENEZES, 2009, p. 95).

Lembrando que as lutas pela abolição ocorreram influenciadas, principalmente, pelo Haiti que foi onde ocorreu o primeiro ato do fim da escravidão na América, passando a ser exemplo de luta pela abolição da escravidão para as demais nações. Além disso, houveram as formações dos quilombos como forma de resistência e também a criação das Leis do Ventre Livre²⁸ e dos Sexagenários²⁹, que também serviram como influencia para a conquista da liberdade dos escravos.

Assim podemos compreender que a abolição da escravidão se tratou de uma grande conquista para os abolicionistas e para aqueles que viviam a situação de escravidão.

Porém, o processo da libertação não foi tão justo, pois ao mesmo tempo que eles possuíam a sua liberdade, continuavam a não ter direitos, e isso decorre do fato de que mesmo estando fora da situação de escravos, estas mesmas pessoas não estavam incluídas na situação de cidadãos. Então, eles não tinham lugar, acesso à educação, saúde ou também não tinham um órgão público ao qual recorrer e, deste modo, passaram a viver nas ruas, enfatizando a desigualdade já existente na sociedade.

As pré-condições para o acesso a uma nova vida na sociedade capitalista que se instaurava no Brasil no final do século XIX inexistiam entre esses negros recém-libertos, que passaram a

²⁸ Lei na qual: Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos.

²⁹ Criada em 1885, nela declarava-se livre os negros escravos com mais de 65 anos.

se deslocar para os centros urbanos em busca de oportunidades de inserção social. Por não possuírem conhecimento especializado para a sua integração à produção mercantil, pois não foram preparados para isso – a maioria não sabia sequer ler e escrever –, esses indivíduos livres revelavam-se inúteis a uma sociedade de classes, que vivia o auge da sua busca pela ordem e pelo progresso. (SOUSA, 2012).

Deste modo, compreendemos que ocorreu o aumento da população em situação de rua, de acordo com o que a situação de desigualdade foi se agravando pela falta de espaço e oportunidade para aqueles que não estavam de acordo com as necessidades sócias daquela época.

3.1.2 Sociedade urbana-industrial

O Brasil, se comparado a outros países³⁰, teve o seu processo de industrialização tardio, ocorrendo ele após a chegada da família real portuguesa no País.

Nesse período foi concedida a permissão para a implantação de indústria no país a partir de vários requisitos, dentre muitos, a criação, em 1828, de um tributo com taxas de 15% para mercadorias importadas e, em 1844, a taxa tributária foi para 60%, denominada de tarifa Alves Branco³¹ (FREITAS, s/d)

Um dos fatores para essa abertura industrial, além da família real, foi o declínio do café que fez com que os fazendeiros, donos de engenho (que era a principal fonte de renda do país durante o período colonial) deixassem estas atividades, adentrando assim ao setor industrial, que tinha como atividades principais na época à produção de alimento, tecidos, entre outros produtos. Depois foram surgindo novas tecnologias como “a construção de vias de circulação de mercadorias, matérias-primas...proveniente das evoluções nos

³⁰ França, Inglaterra, Japão, Estados Unidos, entre outros.

³¹ Tarifa decretada pelo então ministro das finanças Manuel Alves Branco, em 1844, na qual todos os produtos importados sem similares no Brasil sofreriam taxa de 30%, e se houvesse similaridade, 60%.

meios de transporte que facilitaram a distribuição de produtos para várias regiões do país.”

O marco da considerada quarta etapa da industrialização no Brasil, teve início no ano de 1955, durante o governo do então presidente Juscelino Kubitschek, em que ocorreu a entrada de recursos e também a instalação de empresas multinacionais, o que futuramente viria acarretar no fenômeno da globalização no país.

Com a abertura de capitais, houve maior inserção das indústrias e companhias multinacionais no Brasil. Elas aqui se instalaram para ampliar o seu mercado consumidor e, também, para buscar mão de obra barata e maior acesso às matérias-primas. Isso acarretou uma maior produção de emprego, porém com condições de trabalho mais precarizadas. (PENA, s/d)

Em se tratando da pessoa em situação de rua, como este grupo não estava apto para o trabalho mesmo nas indústrias, alguns por não saberem ler e nem escrever como no caso dos escravos recém-libertos, outros por não possuírem o que o mercado do trabalho exigia, terminavam não tendo a garantia de uma renda e, deste modo, passavam a viver nas ruas, conforme REIS (2012), diante desta condição de pobreza que lhes foi atribuída, muitos tiveram que recorrer aos roubos e a pedir esmolas nas vias públicas para poder sobreviver. O que atribui à situação de rua a questão da violência.

Como a riqueza da sociedade se acumula cada vez mais nas mãos de poucos e os recursos não são destinados para atender aos direitos básicos, como saúde e moradia, acaba se reforçando a divisão entre pobres e ricos. Para piorar, a cultura e a ideologia dominantes reproduzem e multiplicam esta divisão e desigualdade. É o preconceito que reforça a imagem negativa de quem vive na rua. Os meios de comunicação disseminam o termo “mendigo” e reforçam o isolamento. É um estigma que rotula a todos como incapazes e vagabundos, e pior, como bandidos e criminosos, acentuando a criminalização da pobreza. (BRASIL, 2010, p. 9)

Deste modo, podemos compreender que a situação de rua ocorre em diferentes momentos, porém sempre por um mesmo motivo, que é a desigualdade, além da questão econômica, que, fez com que os agricultores perdessem suas terras na Grécia antiga, que mais grupos fossem excluídos na

época das indústrias, por não estarem aptos ao que era exigido, até chegarmos ao momento atual, em que há atualmente cerca de 100 mil pessoas vivendo nas ruas por estes e outros motivos, que serão explicitados posteriormente.

3.2. As Populações em situação de rua no contexto dos Direitos Humanos à Educação.

No Brasil, conforme a cartilha para a formação política criada pelo Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), entre os anos de 2005 e 2009 existiam aproximadamente 31.922 pessoas em situação de rua, na qual a maior parte tinha entre 25 e 55 anos, eram homens e mais de 70% dessas pessoas eram não-brancas, interligando-se ao fato da descendência dos escravos africanos, negros, que até os dias atuais sofre com a desigualdade causada pela escravidão.

Conforme o Censo realizado em 2007 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, alguns dos motivos pelos quais as pessoas em situação de rua são, conforme BRASIL (2008), problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%).

Na última pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em 2015, comprovou-se que o número de pessoas em situação de rua aumentou, quando comparado ao dado informado acima dos anos anteriores, chegando a ser de aproximadamente 102 mil.

Das 101.854 pessoas em situação de rua, 40,1% estavam em municípios com mais de 900 mil habitantes e 77,02% habitavam municípios com mais de 100 mil pessoas. Já nos municípios menores, com até 10 mil habitantes, a porcentagem era bem menor: apenas 6,63%. (NATALINO, 2017)

Assim, compreendemos a necessidade de discutir esta temática, pois de acordo com que a sociedade vai desenvolvendo mais sua economia, mais este grupo (além de outros que são marginalizados socialmente) é excluído da participação social. Salientando que, conforme o MNPR, 70,9% das pessoas em situação de rua tem alguma atividade remunerada, na economia informal,

principalmente na catação de material reciclável. E apenas 15,7% pede dinheiro para sobreviver. O que desmistifica o fato de que estar em situação de rua significa ser sempre “pedinte”, “vadio”, “vagabundo”.

Além disso, estar na situação de rua nem sempre é escolha da pessoa que se encontra nela. São vários os motivos que levam alguém a estar nesta situação, além dos já citados acima (desigualdade e economia).

Muitos perderam seus empregos e romperam vínculos afetivos por não conseguirem conviver dentro de suas casas. Outros, pela dependência química, tiveram estas relações agravadas. O que se vê é um processo de perdas, do trabalho, da família, dos amigos e até mesmo da esperança de viver. (BRASIL, 2010, p. 7)

Desta forma, iniciamos a discussão abordando alguns pontos que são apresentados e postos como regra para todos os países na declaração universal dos direitos humanos, de modo que se possa compreender a lacuna existente entre a escrita e a prática, uma vez que comparando com a realidade atual vivida no Brasil e no mundo, ainda há muitas pessoas que não têm acesso ao básico que lhe é garantido por direito e está exposto no documento que rege as relações sociais.

3.2.1 Direitos Humanos no contexto das Populações em situação de rua

Os direitos³² devem garantir a dignidade de todas as pessoas. Assim, a escravidão, o racismo, a tortura, os tratamentos humilhantes e degradantes constituem crimes. A população em situação de rua organizada e parceiros têm demonstrado capacidade e coragem de denunciar, mas também de construir e anunciar um projeto de sociedade diferente, na qual as pessoas reconheçam o valor de cada ser humano. (BRASIL, 2010, p 12).

O trecho citado acima faz parte da cartilha para a formação política, voltada para as pessoas em situação de rua. O objetivo dela é fazer com que as pessoas que estão nesta situação e os demais cidadãos saibam que elas possuem direitos e que há pessoas lutando por eles diariamente, para que

³² Cujo um de seus significados é: conjunto de normas jurídicas vigentes em um país

possam usufruir e ter o acesso aos que lhes são negados, como a educação, que é o tema que abordamos neste trabalho, além da saúde e segurança.

Um outro documento que foi de suma importância no reconhecimento de todas as pessoas enquanto dignas de direitos, e que será discutido neste capítulo, foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), ela que foi elaborada por representantes de todas as regiões do mundo, para que pudesse abranger à todas origens jurídicas e culturais de cada lugar. Foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, através da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum e que deve ser alcançada por todos os povos e nações. Deste modo se estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos.

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (ONU, 1948, p. 3)

Além disso, a DUDH, reconhece em seus artigos VI e VII que todo ser humano tem o direito de ser reconhecido como pessoa perante a lei, e também, à proteção desta, contra qualquer discriminação ou incitamento dela. Ou seja, quando voltado para aos grupos que são marginalizados juntos ao de rua, como por exemplo, as mulheres, os negros, pobres, entre outros, a declaração impõe que eles devem ser reconhecidos enquanto pessoas perante a lei, não sendo discriminadas por estarem em determinada situação ou grupo pelos demais.

Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade. (ONU, 1948, p. 12)

No artigo XXI, assim como é colocado na cartilha do MNPR, é reconhecido o direito de acesso ao serviço público do seu país, ou seja, o direito a saúde, educação e segurança.

Deste modo, foram apresentados alguns artigos da DUDH, que apesar de abrangerem a todo o mundo, podem ser trabalhados de modo específico com o grupo em situação de rua, pois conforme se verifica atualmente em nossa sociedade, tudo o que está exposto neste documento não está sendo cumprido pelos nossos governantes, pois vemos as pessoas em situação de rua sendo marginalizadas e não tendo acesso aos direitos básicos. Um exemplo atual foi que na madrugada do dia 10/06/2017 um homem, que estava em situação de rua, morreu de frio na noite mais fria do ano na capital paulista, sendo encontrado na manhã seguinte.

No próximo ponto será discutido de modo mais específico acerca da educação quando voltada para as pessoas em situação de rua e como as políticas públicas estão abrangendo a este direito e como eles estão sendo usufruídos por

3.2.2 Acesso das populações em situação de rua a educação.

No ponto anterior, foi discutido acerca do direito geral de todas as pessoas existentes no mundo, construídos, abordados e defendidos pela DUDH. A discussão teve o objetivo de interligar os direitos gerais aos grupos em situação de rua, devido ao fato de fortalecer o pensamento e ideal de que eles também são cidadãos e que também possuem direitos, conforme apresentado na cartilha do MNPR.

Assim, neste segundo ponto, será discutida de modo mais específico, a questão da educação para as pessoas em situação de rua e as políticas públicas e documentos que abrangem esta temática, cujo objetivo é verificar e apresentar como está sendo trabalhado o ensino e a educação destas pessoas.

Como primeiro documento, será utilizada a Constituição Federal de 1988 (CF/88), cujos fundamentos são: a soberania, a cidadania, a dignidade de pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e, por fim, o pluralismo político. Além dos seguintes objetivos: construir uma sociedade livre,

justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação e os seguintes princípios: prevalência dos direitos humanos; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, entre outros.

Além disso, na CF/88, em seu artigo 5º, assim como no DUDH,

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988, p. 17).

Ou seja, deste modo, ninguém pode ser tratado de maneira diferente perante a lei, perante a sociedade, independentemente de seu gênero, cor, raça, religião e afins. Tendo todos os mesmos direitos, deveres e acessos como cidadãos.

Quanto a educação, em seu artigo 205, a CF/88 apresenta a educação como sendo direito de todos e dever do Estado e da família, de modo que seja promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Além disso, em seu artigo 206, a CF/88 discute que o ensino será ministrado baseado em alguns critérios, entre eles a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; ou seja, para aqueles que não podem ter acesso a escola de dia, há o turno noturno³³, que é a educação de jovens e adultos que também atende àqueles que não puderam ter acesso ao ensino escolar na “idade apropriada”³⁴; além disso, é discutida a gratuidade do ensino

³³ Consta no artigo 208: “VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando”.

³⁴ O termo está entre aspas pois ainda está sendo discutido um termo que abranja a questão das pessoas que não puderam ter acesso a escola antes, por diversos motivos, sem desmerecê-los.

público em estabelecimentos oficiais; e também a garantia de padrão de qualidade, entre outros critérios.

E no inciso primeiro do artigo 208, é apresentado que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. Ou seja, a ele todos devem ter acesso. E, por fim, no artigo 214, é lançado o Plano Nacional da Educação (PNE), cujo objetivo é

Articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas. (BRASIL, 1988, p. 163)

Deste modo, busca-se erradicar o analfabetismo, universalizar o atendimento escolar, melhorar a qualidade do ensino, entre outros objetivos.

Assim podemos compreender que em consonância com a DUDH, a CF/88 também aborda os direitos dos cidadãos em geral, contemplando assim as pessoas que estão em situação de rua, expondo-as como pessoas com direitos (à educação, à saúde e à segurança, bem como outros direitos, como à crença e liberdade) e deveres sociais, de modo de que não possam ser menosprezadas pela situação que se encontram, o que diverge da realidade que vivemos. Pois, de acordo com a pesquisa nacional censitária de 2007³⁵ com base nos municípios que possuíam uma população igual ou superior a 300.000 habitantes, nos quais

74% dos entrevistados sabem ler e escrever. 17,1% não sabem escrever e 8,3% apenas assinam o próprio nome. A imensa maioria não estuda atualmente (95%). Apenas 3,8% dos entrevistados afirmaram estar fazendo algum curso (ensino formal 2,1% e profissionalizante 1,7%). Diagnosticou-se que 48,4% não concluíram o primeiro grau e 17,8% não souberam responder/não lembram/não responderam o seu nível de escolaridade. Apenas 3,2% concluíram o segundo grau. (BRASIL, 2008, p. 10)

³⁵ Promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para amostragem da população em situação de rua

Por Fim, como último documento escolhido, temos a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua³⁶, tendo surgido como

fruto das reflexões e debates do Grupo de Trabalho Interministerial... instituído pelo Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006, e composto pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Defensoria Pública da União, além da fundamental participação de representantes do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS), representando a sociedade civil organizada. (BRASIL, 2008, p. 2).

Nela são discutidas questões referentes às pessoas que estão em situação de rua e que fizeram dela seu espaço de sobrevivência e construção de suas identidades. Como, por exemplo, a importância de através desta política pública que sejam concretizados os direitos conquistados por este grupo, além de fazer valer os que já existem e foram explicitados acima e nos capítulos anteriores, como aconteceu com a Lei n 11.258/05, de 30 de dezembro de 2005 que torna obrigatória formulação de programas de amparo à população em situação de rua³⁷

Deste modo foram garantidos/as:

- Implementação de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, estruturando as políticas de saúde, educação, assistência social, habitação, geração de renda e emprego, cultura e o sistema de garantia e promoção de direitos, entre outras, de forma intersetorial e transversal garantindo a estruturação de rede de proteção às pessoas em situação de rua;
- Incentivo à formação e à capacitação de profissionais para atuação na rede de proteção às pessoas em situação de rua; além da promoção de ações educativas permanentes para a sociedade;

³⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm

³⁷ Formulada e acrescentada à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), aprovada em 1993 pelo Congresso Nacional.

Além disso, ocorreu também a promoção da inclusão de questões de igualdade social, de gênero, raça, de modo que se busque formas de práticas educativas, educação formal, cultura e produção de conhecimento com relação às pessoas em situação de rua. Também é incentivada a formação de grupos que visem o ensino para estas pessoas sem precisar que elas se locomovam até a escola, entre outras conquistas que serão discutidas posteriormente.

Desta forma, podemos analisar que dentro das políticas públicas e documentos citados há muito direito para as pessoas que estão em situação de rua, além dos demais cidadãos e grupo minoritários, que estão neles expostos. O que falta para conseguirem ter acesso a ele, além do conhecimento e reconhecimento dos direitos, é também a fiscalização dos órgãos responsáveis, bem como dos profissionais das áreas abordadas.

Como futura pedagoga, ênfase na discussão da educação, pois vejo uma lacuna a ser preenchida com a prática dos pontos levantados acima, bem como a criação projetos na UFPB que incentivem os estudantes a conhecerem esta área, assim como há em outros cursos, como enfermagem, serviço social, terapia ocupacional, entre outros

4. A EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS NO CONTEXTO DAS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE RUA: desafios, perspectivas e descobertas

No capítulo anterior foram abordados documentos e políticas públicas que abrangem questões como a dignificação de todas as pessoas enquanto cidadãos, além de dialogar sobre os seus direitos e deveres. Dentre eles, estava a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua que trabalha especificamente com o grupo que está sendo estudado neste trabalho, trazendo dados, a caracterização das pessoas que compõem este grupo, os princípios, as diretrizes e ações estratégicas nos diferentes campos, como os direitos humanos, o trabalho, a habitação, a assistência social e, sobretudo a educação.

Assim, neste capítulo, busca-se trabalhar acerca da questão da educação de jovens e adultos contextualizando-a com as populações em situação de rua. Pois conforme abordam a CF/88 e a DUDH, todos têm o mesmo direito ao acesso dos serviços públicos, inclusive à educação que é reconhecida como um direito de todos e um dever do Estado.

Na política de inclusão da pessoa em situação de rua, além dos demais direitos citados anteriormente, é de suma importância o acesso destas pessoas à educação. Entre algumas de suas ações estratégicas, está a oferta regular da educação de jovens e adultos, de modo que a pessoa em situação de rua tenha acesso à ela em qualquer época do ano. E, além disso, a adequação dos processos de matrícula e permanência nas escolas, contextualizando-as com a realidade e com a flexibilização dos documentos pessoais e comprovantes de residência, uma vez que muitos não possuem os documentos de identificação e residem nas ruas, pois,

24,8% das pessoas em situação de rua não possuem quaisquer documentos de identificação, o que dificulta a obtenção de emprego formal, o acesso aos serviços e programas governamentais e o exercício da cidadania. Não possuem título de eleitor 61,6%, carteira de trabalho 59,9%, CPF 57,4%, certidão de nascimento ou de casamento 49,2% e carteira de identidade 40,7%. Possuem todos os documentos de identificação mencionados apenas 21,9%. (BRASIL, 2008)

O primeiro contato registrado da educação de jovens e adultos no Brasil foi durante o período colonial, quando os jesuítas vieram para o país a mando dos portugueses, com o objetivo de que eles catequizessem³⁸ os indígenas para a cristandade, além de alfabetizá-los na língua portuguesa, a língua materna de seus colonizadores. Por se tratar do período da escravidão também, só tinham acesso à educação os filhos dos colonizadores, devido ao ensino ser elitista e também ter o objetivo de prepará-los para serem futuros senhores de engenho e escravocratas. Logo, acabavam por serem excluídos os negros escravizados, sendo o conhecimento acessado apenas pela classe dominante.

Posteriormente, já na década de 30, mais especificamente em 1934 surge na Constituição Federal (CF/34) um parágrafo único em que é abordada a educação de jovens e adultos, em que o “ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória” será “extensivo aos adultos”. Porém, é na década de 40 que a EJA ganha mais espaço através de ações e programas governamentais. Além disso, ocorreram também, a criação do Serviço de Educação de Adultos (SEA), cujo objetivo era coordenar e orientar os trabalhos e os planos anuais do ensino supletivo de adolescentes e adultos analfabetos e da Campanha de Educação de Adultos³⁹, na qual era objetivada a alfabetização dos adultos analfabetos, bem como a capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário, ambos implementados durante o governo Vargas.

Logo após, na década de 60, ganha espaço na educação o Professor Paulo Freire (1921-1997), com seu pensamento pedagógico e social possibilitando um caminho de proposta metodológica de ensino e aprendizagem nova e divergente do ensino tradicionalista que estava implantado no país década citada. Ele defendia a necessidade de se trabalhar com os adultos de forma que se realizasse uma educação crítica para os

³⁸ Do verbo catequizar que significa instruir ou doutrinar em matéria social ou religiosa.

³⁹ Além disso, Pierro et al abordam que a Campanha também exprimia o entendimento da educação de adultos como peça fundamental na elevação dos níveis educacionais da população em seu conjunto.

adultos, de modo que eles se transformassem socialmente. Para isso foram implementados programas como o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Movimento de Cultura Popular do Recife, além de outros.

Então, através do pensamento Freiriano e das inovações trazidas por ele, ao longo do tempo foram surgindo mais programas para o incentivo da educação de adultos como o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos⁴⁰; o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)⁴¹, além da Lei Federal 5692 de 1971 em que seu artigo 24 aborda que o ensino supletivo (atual EJA) tem por finalidade “suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria”.

Deste modo compreendemos que a educação de jovens e adultos é composta de muita luta pela conquista de seu espaço como modalidade educacional, ganhando força em 1988, através da promulgação da Constituição Federal em que ela teve a garantia do Estado.

[...] garantia de educação básica, para os jovens e adultos das camadas populares; inserção orgânica da educação de jovens e adultos no sistema de ensino do país; a locação de dotação orçamentária para o desenvolvimento dos serviços educacionais para jovens e adultos no conjunto do sistema nacional de ensino; construção da identidade própria da educação de jovens e adultos; garantia de habilitação e profissionalização dos educadores de jovens e adultos; exercício da gestão democrática na educação de jovens e adultos (Fundação Educar, 1988, p.18-19 apud Carbone, 2013, p.12).

4.1. Desafios Históricos da Educação de Pessoas Jovens e Adultas junto aos oprimidos e marginalizados.

Sabendo que a educação de jovens e adultos surgiu para suprir a necessidade de ensino e aprendizagem por parte dos adultos, inicialmente pela exigência do mercado de mão-de-obra qualificada, posteriormente como forma

40 Que sofreu grande pressão do governo militar devido a Ditadura que estava ocorrendo e acabou desaparecendo.

41 Programa voltado a oferecer alfabetização a amplas parcelas dos adultos analfabetos. Teve término em 1985.

de preencher a lacuna deixada pela falta de acesso à escola na 'idade apropriada', vamos abordar alguns desafios para a EJA quando voltada àqueles grupos marginalizados e oprimidos histórica e socialmente. Não serão abordados todos os grupos que se encaixam nos requisitos informados acima, devido a ser um processo longínquo e com muito conteúdo que exigiria mais dedicação tempo, porém, tentaremos discutir a questão de modo a abarcar alguns deles.

O primeiro contato com a exclusão social e escolar surgiu no período da colonização em que os negros escravos eram marginalizados, mesmo eles sendo libertos.

A necessidade de ser liberto ou de usufruir a cidadania quando livre, tanto durante os períodos do Império, quanto nos primeiros anos da República, aproximou as camadas negras da apropriação do saber escolar, nos moldes das exigências oficiais. Sendo assim, embora não de forma massiva, camadas populacionais negras atingiram níveis de instrução quando criavam suas próprias escolas⁴²; recebiam instrução de pessoas escolarizadas; ou adentravam a rede pública, os asilos de órfãos e escolas particulares. (CRUZ, 2005, p. 27)

Podemos compreender, desta forma que foi preciso uma resistência por parte deles para que assim pudessem ter uma educação que lhes foi negada por tanto tempo. Salientando que também foi necessária esta mesma resistência para que a história afro-brasileira fosse discutida nos currículos escolares⁴³ e também nas universidades, deste modo não deixando que a sua memória fosse apagada.

Um outro grupo que por longo tempo teve o acesso à educação negado, devido à época em que só os homens possuíam acesso, foi o das mulheres, que inicialmente tiveram uma educação voltada à assuntos domésticos, cujo objetivo era ensiná-las a cozinhar, cuidar do lar, para quando chegasse a idade para o matrimônio. Somente a partir do século XIX que elas passaram a ter acesso a uma educação escolar, porém esse 'privilégio' era voltado apenas

42 Colégio Perseverança ou Cesarino. Colégio São Benedito, além das aulas dadas pela irmandade de São Benedito e a Escola Primária no Clube Negro Flor de Maio de São Carlos, entre outros.

43 Através da lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 em que se torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira em escolas públicas e particulares.

para aquelas que possuíam uma condição financeira melhor (filhas de fazendeiros), devido ao colégio ser particular.

Assim, foi em 1880 que surgiu a escola normal, esta que abrangia o ensino para aquelas mulheres que não tinham condições financeiras por se tratar de uma educação pública,

As professoras formadas pela Escola Normal (geralmente filhas dos fazendeiros) passaram a lecionar instrução primária, atualmente chamado de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, às crianças e aos adolescentes do sexo feminino, das camadas populares. (S/A, s/d)

Se tratando da educação superior, as mulheres tiveram o acesso a ele adquirido no final do século 19, exatamente em 19 de abril de 1879, através de um Decreto de lei sancionado por D. Pedro II que aprovou a lei que autorizou o ingresso das mulheres em tal modalidade.⁴⁴

Desta forma, após a conquista e o direito à educação, as mulheres passaram a ser maioria nas escolas e universidades⁴⁵ e na modalidade da educação de jovens e adultos ocorre o mesmo, pois conforme o estudo 'Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional' feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a 'Educação de Jovens e Adultos (EJA) era frequentada em 2007, ou anteriormente, por cerca de 10,9 milhões pessoas, o que correspondia a 7,7% da população com 15 anos ou mais de idade'. Sendo o perfil mais comum de aluno: mulher, nordestina, recebendo até um salário mínimo.

Os desafios existentes na EJA abrangendo os grupos informados acima e o demais são, principalmente, referentes ao acesso e a permanência na

⁴⁴ Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Para aprofundar, ver: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>

⁴⁵ Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2014, 18,8% das mulheres entrevistadas com 16 anos ou mais de idade possuíam Ensino Superior completo, enquanto para homens, na mesma categoria, esse percentual foi de 11%. Para aprofundar, ver mais em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/03/mulheres-sao-maioria-em-universidades-e-cursos-de-qualificacao>.

escola, pois mesmo estando acobertados pela lei, pela Constituição Federal, ainda é alarmante o número de alunos que desistem ou abandonam a modalidade, em que

das cerca de 8 milhões de pessoas que passaram pela EJA antes de 2007, 42,7% não concluíram o curso, sendo que o principal motivo apontado para o abandono foi a incompatibilidade do horário das aulas com o de trabalho ou de procurar trabalho (27,9%), seguido pela falta de interesse em fazer o curso (15,6%). (IBGE, 2007).

Além disso, há outros fatores como a violência, transporte, trabalho, falta de incentivo, entre outros.

Se tratando da população em situação de rua, além dos motivos informados acima, há também o desconhecimento deste direito e também o receio por serem um grupo marginalizado, tido como violento; além da falta de meios para o acesso dela à escola.

Desta informa, é de suma importância o conhecimento e divulgação destes direitos e, conforme abrange a política nacional de 2008, a criação de outros espaços de ensino que possam garantir o acesso e permanência deles, de forma que estes sujeitos tenham acesso a uma educação que lhes permitam conhecer e trabalhar sua realidade, de modo que os transformem e ensine a pensar criticamente sobre sua situação.

Ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática. (FREIRE, 1975, p. 57 apud FERNANDES et al, 2016, p. 257)

4.2. As perspectivas apresentadas pelos Estágio no que diz respeito a aproximação com pessoas em situação de rua

O primeiro contato com a educação de jovens e adultos ocorreu no mesmo ano e momento do desenvolvimento desta monografia, desta forma, serão postas algumas perspectivas acerca da EJA, cujo objetivo é viabilizar formas e métodos de ensino utilizados que possam ser também usufruídos e praticados com a população de rua.

Como primeiro ponto para a construção de atividades temos o planejamento. Devendo ser trabalhado com atenção e cuidado, analisando primeiramente o espaço em que será aplicada a atividade, para após isto, decidir os métodos e as práticas que serão utilizados, de modo que estejam de acordo com as pessoas que irão participar, pois não adiantaria trazer conteúdos e práticas com as quais elas não estivessem adaptadas e que necessitassem de um tempo de prática para a adaptação.

Além disso, é preciso que se verifique também os materiais que o educador possui e os que pode ter acesso, além do tempo necessário para aquela atividade, pois, no caso dos estágios, o tempo de aplicação era de até uma hora, logo, tudo deveria ser planejado dentro do tempo e de modo que não se tornasse enfadonho para os educandos. Assim como trata Monteiro (2013, p. 09):

[...] devem ser estabelecidos os objetivos específicos de ensino para cada ano e turma.... Levando-se em conta a trajetória e o nível de aprendizagem dos alunos. A partir daí, torna-se necessário definir os procedimentos de ensino e as atividades pedagógicas que irão operacionalizar o plano de ensino.

Após a análise e o planejamento baseados na realidade do grupo com o qual será trabalhado, é possível pensar numa prática de ensino que atraia a atenção dos educandos e os instiguem a participar. No caso do estágio são aplicadas três regências ou sequências didáticas.

A sequência das atividades garante que as ações de aprendizagem sejam contínuas, ou seja, que partam consecutivamente umas das outras, permitindo o aprofundamento e a ampliação do conhecimento dos alunos. (MONTEIRO, 2013, p.12)

Analisar e planejar são fundamentais para qualquer prática de ensino em qualquer lugar que ela for aplicada, desde a sala de aula até outros espaços que sejam utilizados para o ensino, inclusive a rua, espaço de vivência e aprendizado da população em situação de rua.

Deste modo, no estágio de EJA, foram elaboradas três regências que trabalhavam a matemática, a história e a língua portuguesa, todas voltadas para um tema em comum: a identidade.

No primeiro dia de aplicação, foi discutida a questão dos documentos de identidade, informando aos alunos os documentos existentes no país, assegurando o direito deles de possuírem tais documentos e discutindo a função de cada documento. Deste modo, trabalhamos a questão da cidadania, de forma que eles expusessem o que sabiam sobre e o que entendiam sobre sua função de cidadão.

No segundo dia, foi trabalhada uma visão mais pessoal, o tema era o “eu” enquanto identidade. Neste dia abordamos questões pessoais, em que cada um deles trouxe um objeto que os representasse e explicasse o porquê daquele objeto lhe representar. Deste modo, ao decorrer da atividade, discutimos sobre a visão que eles tinham sobre si próprios, com o intuito de alavancar sua autoestima, valorizando-os enquanto pessoas. Pois em muitos casos, os alunos da EJA possuem uma baixa autoestima, por se sentirem inferiores aos demais, por estarem naquela situação, em que muitos possuem uma idade mais avançadas e ainda estão aprendendo a ler e escrever.

No terceiro e último dia, a atividade construída foi baseada na identidade dos alunos enquanto sujeitos históricos. No dia da segunda regência, foi passada uma pequena ficha em que eles colocaram dados como: Nome, Ano de Nascimento e Profissão. Através dela, pude planejar a atividade com seus anos de nascimento, trabalhando também as décadas e os eventos que ocorreram no Brasil naquela época, de modo a sempre incluí-los como sujeitos daquela história e abrindo espaço para que eles falassem os acontecimentos que eles se lembravam que tinham ocorrido naquela determinada década/determinado ano.

A integração diz respeito ao relacionamento entre as ações pedagógicas, visando dar unidade às temáticas abordadas em sala de aula e à exploração de determinados recursos pedagógicos e materiais escritos. (MONTEIRO, 2013, p. 12)

Desta forma, pode-se compreender que podemos trabalhar com os mais diversos grupos, sejam eles indígenas, em situação de rua, em situação de vulnerabilidade, entre outros, lembrando que sempre deverá ocorrer a análise e o planejamento deste trabalho/projeto/aula, de forma que o educando/aluno se sinta parte daquilo que está sendo discutido, que possa ter espaço para expor

seu pensamento, seu conhecimento, se sentindo acolhido pelo educador, instigando-o a prosseguir e conquistar novos espaços em sua vida.

4.3. As descobertas para a ação pedagógica do acesso da população em situação de rua no espaço da EJA.

Após discutir a historicidade da população em situação de rua, a questão legal sobre eles e a educação e como ela se dá com grupos oprimidos, neste último ponto será discutida a questão da ação pedagógica quando voltada para esta população, de modo a se pensar meios de trocar conhecimentos.

Contudo, discutir a prática pedagógica para este e outros grupos oprimidos nos leva a pensar, intrinsecamente, no patrono da educação brasileira professor Paulo Freire⁴⁶. Ele com uma das suas principais obras, *Pedagogia do Oprimido*, nos instiga a pensar e discutir sobre o processo de ensino-aprendizagem que estão sendo colocadas em prática, a que chamou de ‘educação bancária’.

Na concepção “bancária” que estamos criticando, para a qual a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar-se esta superação [da contradição educador-educando]. Pelo contrário, refletindo a sociedade opressora, sendo dimensão da “cultura do silêncio”, a “educação” “bancária” mantém e estimula a contradição. Daí, então, que nela: a) o educador é o que educa; os educandos, os que são educados; b) o educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem; c) o educador é o que pensa; os educandos, os pensados; d) o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; e) o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados; f) o educador é o que opta e prescreve sua opção; os educandos os que seguem a prescrição; g) o educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão de que atuam, na atuação do educador; h) o educador escolhe o conteúdo programático; os educandos, jamais ouvidos nesta escolha, se acomodam a ele; i) o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele; j) o educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos. Se o educador é o que sabe, se os educandos são os que nada sabem, cabe àquele dar, entregar, levar, transmitir o

46 Através da lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012. Ver mais em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12612.htm

seu saber aos segundos. Saber que deixa de ser de “experiência feito” para ser de experiência narrada ou transmitida (FREIRE, 1975, p. 67-68)

Entendemos, desta forma, que na educação bancária os participantes são compreendidos como sujeitos sem conhecimento, em que só o educador sabe, sendo desta ação que surgiu o termo ‘educação bancária’, na qual o educador é o dominador de todo saber e apenas ‘deposita’ nos educandos, de modo que eles apenas recebam aquele saber sem questionar.

Como forma de resistência, para o professor Paulo Freire, um dos princípios balizadores da educação deve ser libertadora, pois ‘somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos’ (FREIRE, 1975, p. 56). Desta forma, os docentes e a gestão da escola/projeto, além dos demais participantes devem trabalhar em conjunto para que se possa construir um método de ensino/aprendizagem em que o educando saia da condição de ‘vazio’ e passe a pensar de modo crítico acerca de sua situação e do que está ao seu redor, pois, “ninguém liberta ninguém, ninguém liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.

Logo, assim como é feito com alguns trabalhadores de construtoras em projetos da EJA⁴⁷ e também como é assegurado pela política nacional de 2008, pode-se sugerir a criação de espaços, além do escolar, para a prática do ensino com esta população de rua, fazendo da rua um lugar de outras aprendizagens, unindo o cotidiano deles, para que se sintam mais instigados a participarem, contribuindo com a permanência deles. Além de outros projetos que possam trazer oportunidade de trabalho como a educação profissional, dando-lhes uma segunda chance de reinserção no mercado de trabalho e na sociedade.

47 Como ocorre na UFPB o projeto escola Zé Peão em que oferecer programas de alfabetização e educação continuada para os operários da construção civil utilizando salas de aula montadas no próprio canteiro de obra.

Considerações finais

Trabalhar com a questão da situação de rua, devo dizer, está sendo grande importância em minha vida acadêmica e pessoal, de forma que anseio por prosseguir com a pesquisa e aprofundá-la em projetos futuros, sejam eles de mestrado ou pós-graduação e doutorado.

Os dados apresentados no estudo, bem como as demais informações históricas e legais reforçam as informações que já temos acesso acerca dos direitos e deveres de todos nós, enquanto cidadãos, além de novas visões acerca desta população que há tantos séculos é excluída socialmente e torna aqueles que estão nela invisíveis para a maioria dos cidadãos e governos, rompendo com alguns mitos e tabus criados em torno desta população, de modo que eles não sejam mais vistos como pessoas de má índole, preguiçosas, violentas, entre outros termos que são utilizados, mas sim como pessoas que tiveram e ainda têm seus direitos negados, tendo que recorrer a alguns meios para garantir sua sobrevivência diária, como catar recicláveis, pedir dinheiro, fazer “bicos”⁴⁸ e, até mesmo, roubar/furtar.

Além disso, a presente monografia teve o intuito de apresentar formas de trabalhar com esta ou com outras populações em situação de vulnerabilidade/exclusão principalmente fora do ambiente escolar, pois para a aplicação das atividades/aula é de suma importância que o educador compreenda a realidade dos educandos, de modo que possa planejar a melhor forma de aplicá-las.

Por fim, como exposto inicialmente, esta monografia não teve o objetivo de cessar ou concluir a discussão acerca da população em situação de rua, bem como a educação de jovens e adultos, mas apresentar alguns pontos históricos e legais, unindo-os às práticas docentes, principalmente voltadas ao curso de pedagogia, de modo que instigue quem a lê a buscar mais informações ou trabalhar futuramente com esta mesma temática, podendo servir como introdução para futuros trabalhos e pesquisas, pois buscando, na Universidade Federal da Paraíba, especificamente no Centro de Educação,

⁴⁸ Fazer bicos se refere a trabalhar de modo não fixo, ou seja, trabalhar em determinada atividade de acordo com as oportunidades que vão surgindo.

notou-se que não há monografias e/ou trabalhos de conclusão de curso que abrangessem esta temática.

Referências bibliográficas

[Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]. -- Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017. 514 p.

As mulheres na Educação; Dia a dia educação. Disponível em: <<http://www.sociologia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=422>> Acesso em 30 outubro 2017.

BEZERRA, Juliana. "Grécia Antiga"; Toda Matéria. Disponível em <<https://www.todamateria.com.br/grecia-antiga/>>. Acesso em 30 de agosto de 2017.

BRASIL. **Pesquisa estima que o Brasil tem 101 mil moradores de rua. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29303>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia.** São Paulo. Fundação Editora da UNESP, 1999.

CARBONE, Solange Aparecida Beletato. **Dificuldades de aprendizagem na educação de jovens e adultos: Uma reflexão com alfabetizadores da EJA.** 2013. 38 f. Monografia de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

CARDOSO Tereza Fachada Levy. **Sociedade e desenvolvimento tecnológico: uma abordagem histórica,** In: GRINSPIN, Mirian P. S. Zippin. Educação tecnológica – desafios e perspectivas. 2ª. Edição. São Paulo: Cortez, 2001 p. 186.

DAMATTA, Roberto. **A CASA & A RUA ESPAÇO, CIDADANIA, MULHER E MORTE NO BRASIL.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1997

FABER, Marcos Emílio Ekman. "O RENASCIMENTO". História Livre. Disponível em <<http://www.historialivre.com/moderna/renascimento.htm>>. Acesso em 30 de agosto de 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42ª edição.

FREITAS, Eduardo de. "A Industrialização Brasileira". Mundo Educação. Disponível em <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/a-industrializacao-brasileira.htm>>. Acesso em 13 de setembro de 2017.

História da Educação do Negro e outras histórias/Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. ISBN - 85-296-0038-X 278p.(Coleção Educação para Todos)

HISTÓRIA RESUMOS. "Barão de Mauá – Tarifas Alves Branco e Silva Ferraz "; História resumos. Disponível em <<http://www.historiaresumos.com/era-barao-maua-tarifa-alves-branco-silva-ferraz/>>. Acesso em 18 de outubro de 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional, 2007. Disponível em <<https://cnae.ibge.gov.br/home-por/13655-asi-ibge-divulga-perfil-da-educacao-e-alfabetizacao-de-jovens-e-adultos-e-da-educacao-profissional-no-pais.html>>. Arquivo consultado em 1 de novembro de 2017.

JÚNIOR, Franco Hilário, 1948 - A Idade média: nascimento do ocidente -- 2. ed. rev. e ampl. -- São Paulo: Brasiliense, 2001. Disponível em <<https://asidadesmedias.files.wordpress.com/2015/02/franco-jr-h-a-idade-mc3a9dia-nascimento-do-ocidente-estruturas-culturais-pp-138-167.pdf>>. Acesso em 30 de agosto de 2017.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira; MENDONÇA, Rosa Helena; MONTEIRO, Sara Mourão; REZENDE, Valeria Barbosa de. **PROJETOS DIDÁTICOS NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO**. Ano XXIII - Boletim 6 - MAIO 2013. Disponível em <https://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/15400306_Projetosdidaticos.pdf>. Acesso em 30 de setembro de 2017.

MELLO, Daniel. **Morador de rua morre em madrugada mais fria do ano na capital paulista; EBC Agência Brasil**. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-06/morador-de-rua-morre-em-madrugada-mais-fria-do-ano-na-capital-paulista>>. Acesso em 23 de outubro de 2017.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. "Pesquisa Estima que o Brasil tem 101 mil Moradores de Rua". Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=29303>. Acesso em 16 de setembro de 2017.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>> Acesso em 23 outubro 2017.

PENA, Rodolfo Alves. **"Globalização no Brasil"; Mundo Educação**. Disponível em <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/globalizacao-no-brasil.htm>>. Acesso em 18 de outubro de 2017.

PEREIRA, Tatiana; SANTOS, Paula. Historiando a População em Situação de Rua. Disponível em <http://portalsocial.sedsdh.pe.gov.br/sigas/suasrh/arquivos/2013/modulo08/recife3/historiando_a_populacao_em_situacao_de_rua.pdf>. Acesso em 28 de julho de 2017.

POLETTI, Ronaldo. 1934 / Ronaldo Poletti. - 3. ed. - Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 2012. 162 p. - (Coleção Constituições brasileiras; v. 3)

REIS, Daiana dos. **População em situação de rua e a sua relação com o trabalho: as estratégias de sobrevivência utilizadas pelas pessoas em situação de rua**. 2012. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel) - Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2009.

REZENDE Filho, Cyro de Barros. HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL. 9.ed. - São Paulo: Contexto, 2007

RIBEIRO, Paulo Silvino. **"Os anos 80 no Brasil: aspectos políticos e econômicos"; Brasil Escola.** Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/os-anos-80-no-brasil-aspectos-politicos-economicos.htm>>. Acesso em 14 de outubro de 2017.

RODINO, Ana Maria; et al. **Cultura e educação em direitos humanos na América Latina. Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas** - João Pessoa: CCTA, 2016. 779p. (Coleção Direitos Humanos). Disponível em <http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2016/07/EBOOK-Cultura-e-EDH-América-Latina_Miolo_02-05-16.pdf> Acesso em 30 de agosto de 2017.

SILVEIRA, Patrícia Rosa. **"Escravidão na Grécia Antiga e no Brasil: uma análise das aproximações e distanciamentos entre essas formas de escravidão"; web artigos.** Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/escravidao-na-grecia-antiga-e-no-brasil-uma-analise-das-aproximacoes-e-distanciamentos-entre-essas-formas-de-escravidao/67140/>>. Acesso em 28 de outubro de 2017.

SOUSA, Anne Gabriele Lima. **"Eu sou de rua, mas também sou gente": intersubjetividade e construção de identidades dos indivíduos em situação de rua de João Pessoa-PB** / Anne Gabriele Lima Sousa. – Recife: O autor, 2012. 245 f. Disponível em <<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11303/Tese%20Anne%20Gabriele%20Lima%20Sousa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 01 de junho de 2017.